

EDUCAÇÃO. Governo federal alega cortes de despesas para extinguir programa estudantil de intercâmbio

Fim de programa frustra alagoanos

Em quatro anos de existência, o Ciência Sem Fronteiras, extinto pelo governo interino de Michel Temer, beneficiou 538 estudantes alagoanos de graduação

THIAGO TARELLI *
ESTAGIÁRIO

O arrocho nas contas públicas, promovido pela gestão do presidente interino Michel Temer (PMDB), atingiu o programa Ciências Sem Fronteiras (CsF), que foi cancelado no último dia 23. Gerido pelo Ministério da Educação, o programa promovia o acesso de estudantes brasileiros de graduação a universidades estrangeiras, através do pagamento de bolsas de estudo pelo poder executivo federal. Em seus cinco anos de funcionamento, os custos chegaram a mais de R\$ 8 bilhões.

O programa que oferecia a possibilidade do aluno em nível de graduação estudar uma ou mais matérias em outras universidades no exterior – ato conhecido como “graduação sanduíche” – representava 79% da demanda do Ciências sem Fronteiras (CsF).

Nesses quatro anos de existência, o governo bancou os custos de 73.353 bolsas de estudos. Dessas, 622 foram oferecidas a alagoanos – 538 deles da Universidade Federal de Alagoas. É o caso da estudante de arquitetura Anna Karine Oliveira, que fez intercâmbio na instituição De Montfort University, em Leicester, na Inglaterra. “Nossas matérias,

trabalhos e carga horária eram idênticas às dos alunos regulares e tínhamos de cumprir tudo, além do projeto de verão que era aplicado só para os alunos do CsF”, conta.

Anna Karine informa que, durante o ano em que permaneceu no exterior, recebeu uma bolsa mensal, auxílio viagem e seguro-saúde. “O valor da bolsa era de 420 libras por mês. Era uma quantia suficiente, não era uma vida de luxo, claro, mas nunca passei perrengue por lá. O auxílio era mais ou menos 1500 libras, uma libra equivalia a 4 reais na época, a passagem foi 3700 reais, e o seguro mais um mil”, explica.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entidade gestora do programa, classificou as cidades que ofereciam as vagas em baixo e alto custos. Os estudantes que foram direcionados a cidades consideradas mais caras, recebiam uma quantia maior de auxílio.

O alagoano Vinícius Arêdes esteve em Portland, nos Estados Unidos, entre os anos de 2013 e 2015. “Eu era de uma cidade de baixo custo e só recebia 300 dólares por mês para gastos. Isso para mim foi suficiente. Tínhamos que comprar o material utilizado nas aulas e



A estudante de arquitetura Anna Karine Oliveira fez intercâmbio na instituição De Montfort University, em Leicester, na Inglaterra



73,3 mil

bolsas de estudos foram bancadas pelo governo federal em quatro anos

muitas vezes o mês ficou muito apertado ou não sobrou nada desse auxílio”, relata Vinícius.

Ao justificar o cancelamento, o Ministério da Educação alegou que o valor gasto pelo programa no ano passado – algo em torno de R\$ 3 bilhões – seria suficiente para alimentar 39 milhões de alunos das escolas públicas. Os valores gastos com passagens deveriam ser comprovados através de nota.

As bolsas oferecidas aos estudantes variava conforme o país de destino, assim como o auxílio-deslocamento que, aos brasileiros alocados nos Estados Unidos, por exemplo, era de 1300 dólares – que em valores atuais seria de R\$ 4,2 mil. Já o auxílio de

uma viagem a Europa, por exemplo, era de 1300 euros, cerca de R\$ 4,7 mil.

O estudante de medicina Lucas Cortez, que esteve na Inglaterra através do programa, explica como era o processo de administração do dinheiro recebido, dos vários tipos de auxílio, incluindo o valor destinado a pagar o deslocamento. “Era uma grana que dava pra pagar as variações nos valores de passagem. Alguns voos pra Inglaterra era mais caros que alguns pra Portugal, por exemplo. Com isso algumas pessoas conseguiam economizar pegando essas promoções. Mas como nem todo mundo conseguia, eles nivelavam o valor por cima”.

Arua Lima, assessor de

intercâmbio internacional da Ufal, alega que a medida trará prejuízos aos estudantes. “O programa [Ciências sem Fronteiras], de acordo com a nota informativa do MEC, diz que não haverá vagas para estudantes de graduação. Se considerado o informe preliminar do MEC, apenas os quase 1800 alunos de pós-graduação da Ufal estarão aptos a concorrer. Portanto, dos mais de 30.000 alunos que a Ufal tem, apenas 1800 estarão elegíveis. Do ponto de vista da sociedade como um todo, no médio prazo, haverá um impacto extremamente negativo no desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Estado de Alagoas”, explica.



ARUÁ LIMA
ASSESSOR DE
INTERCÂMBIO
INTERNACIONAL
DA UFAL

“Do ponto de vista da sociedade como um todo, no médio prazo, haverá um impacto extremamente negativo no desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Estado de Alagoas”

“Instituições não chamadas”, diz MEC

O não aproveitamento das matérias cursadas no exterior pelas universidades brasileiras foi um dos principais critérios para o cancelamento do programa Ciências sem Fronteiras em nível de graduação. O Ministério da Educação alega que “as instituições participantes não foram chamadas para desempenhar um papel ativo no processo de mobilidade acadêmica”.

A *Gazeta*, estudantes alagoanos que passaram pelo intercâmbio relataram justamente a dificuldade em aproveitar os estudos feitos no exterior. “Não consegui incluir no histórico as matérias que cursei no exterior, pois não tinham equivalência com as daqui. Na universidade em que fui alocado não pude escolher qualquer disciplina, eles davam uma lista bem restrita nas quais eu poderia me matricular”, conta Geraldo

Neto, estudante de farmácia da Universidade Federal de Alagoas, contemplado pelo programa para estudos na universidade St. John's University, em Nova York.

A queixa de Geraldo vai de encontro a do estudante de arquitetura, Vinícius Arêdes, que também não conseguiu a convalidação das matérias estudadas nos Estados Unidos. “Acho que o governo não cumpriu com o contrato de dar suporte aos estudantes que voltassem do intercâmbio e de ter uma rede de estágios em que pudessem empregar os conhecimentos. A universidade não foi capaz nem de utilizar muitas das matérias que cursei lá”, reclama.

Porém, os estudantes relatam que, mesmo sem o aproveitamento das disciplinas, o Ciências sem Fronteiras não deixa de acrescentar à graduação e futuro exercício profissio-

nal. “Eu acho a ideia do programa genial. Conheço pessoas que participaram, cursaram matérias que depois conseguiram dispensa no Brasil, mas o mais legal que acho é justamente a possibilidade de estudar coisas que não seriam possíveis aqui. Quando formado, há a possibilidade de ser um profissional diferente (comparado aos colegas de turma) justamente por esse diferencial no conteúdo de todo aprendizado”, pondera Geraldo.

Os benefícios oferecidos pelo Ciências sem Fronteiras – que poderiam chegar a R\$ 60 mil/ano, muitas vezes sem controle financeiro por parte do governo federal – geraram uma liberdade aos estudantes quanto ao uso do dinheiro público remetido aos universitários.

Em tempos de redes sociais, as interações e exposições levantaram ainda mais a suspeita de que os

alunos brasileiros estavam se dedicando mais a fazer turismo do que realmente estudar no exterior.

“Óbvio que isso é uma generalização dolorosa. Existem alguns estudantes que realmente não se importam com a oportunidade, não assistem as aulas, tem média de notas abaixo do permitido, e passam o tempo apenas aproveitando pra se divertir”, critica o estudante Geraldo Neto.

O estudante garantiu ainda que essa acusação “não se aplica a todos, nem mesmo a maioria. Grande parte sabe do dever que deve ser cumprido ali, e por mais que aproveitem as folgas pra conhecer outros lugares, não deixam de estar com todas as atividades em dia e manter uma boa disciplina quanto aos estudos”, explica Neto. **TT**

Leia mais na página A16

* Sob supervisão da editoria de Economia.